

PARECER INDEPENDENTE de PÓS-EMIÇÃO
sobre a 6ª emissão de debêntures da Neoenergia¹ em 2019 - 4º ano

Valor total da emissão: R\$ 1.294.449.000,00

Alinhamento com ODS



Alinhamento com categorias GBP/GLP • Energia renovável

Alocação de Recursos

- a. A Neoenergia informou que a totalidade dos recursos associados à emissão foram alocados nos projetos até junho de 2022.
- b. Os projetos de transmissão EKT 2 (Santa Luzia), EKT 4 (Itabapoana), EKT 11 (Vale do Itajaí) e EKT 12-A (Dourados) foram objetos de outras Emissões Verdes de empresas do Grupo Neoenergia. A soma alocada pelos títulos verdes em cada projeto não excede seu CAPEX total. Os demais ativos não foram objeto de outras emissões de Títulos Verdes;
- c. Os projetos que receberam recursos da emissão das Debêntures Verdes, a saber, projetos de geração de energia hidrelétrica e eólica, e linhas de transmissão de energia e subestações, são os mesmos identificados durante a fase pré-emissão;
- d. Como os recursos da operação já foram totalmente alocados, não há riscos de contaminação temporária de recursos em outros instrumentos financeiros ou ativos carbono-intensivos;
- e. A emissora mantém o compromisso de informar anualmente aos investidores e outros públicos interessados acerca do status de alocação dos recursos em projetos verdes assim como seus benefícios ambientais e climáticos.

Impacto dos projetos

- a. Os projetos geram benefícios ambientais através da geração e transmissão de energia renovável, bem como por redução de perdas de energia por melhoria na qualidade da infraestrutura do Sistema Interligado Nacional (SIN);
- b. A Neoenergia vem adotando medidas efetivas para mitigação dos impactos locais causados pela implementação das linhas de transmissão;
- c. Identificamos que os projetos elegíveis podem contribuir no atingimento dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) 7 (Garantir acesso à energia barata, confiável, sustentável e renovável para todos) e 13 (Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos).
- d. Foi identificada controvérsia relativa ao projeto UHE Baixo Iguaçu, relacionada a impactos em comunidades próximas. Esse processo está em andamento na justiça, e a companhia vem prestando esclarecimentos e se posicionando adequadamente. Para manutenção do rótulo verde aqui concedido, é necessário que o projeto mantenha sua Licença de Operação junto ao órgão ambiental competente (Instituto Ambiental do Paraná);

¹ 6ª (sexta) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografia, em duas séries, para distribuição pública, da Neoenergia S.A.



Sobre a NINT

A NINT (Natural Intelligence) é a maior prática de consultoria e pesquisa ASG na América Latina. Com uma equipe de +100 colaboradores e presença local no Brasil e América Latina, somos uma das 5 melhores casas de pesquisa socioambiental para investidores de acordo com o *Extel Independent Research in Responsible Investment - IRRI 2019*. Fomos a primeira organização latino-americana a avaliar as credenciais verdes de títulos de dívida e desde 2020 estamos entre os 10 maiores provedores globais de segunda opinião para títulos sustentáveis. Em fevereiro de 2023, nos tornamos uma empresa do Grupo ERM.

SUMÁRIO

1. Escopo	3
Declaração de Responsabilidade	5
2. Opinião	6
3. Alocação de Recursos	7
4. Impacto dos Projetos	12
4.1 Benefícios socioambientais	12
4.2 Gestão dos impactos socioambientais	14
4.2.1 UHE Baixo Iguaçu	14
4.2.2 Parques Eólicos (Chafariz, Canoas, Lagoa e Ventos do Arapuá)	16
4.2.3 Linhas de Transmissão	17
Controvérsias	23
Anexo I - Método	24

1. Escopo

O objetivo deste Parecer Independente de Pós Emissão é prover uma opinião sobre a manutenção da rotulagem como Título Verde (*'Green Bond'*) da 6ª (sexta) emissão de Debênture Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Duas Séries, para Distribuição Pública, da Neoenergia S.A., realizada em 2019 pelo Grupo Neoenergia através de sua holding.

Este parecer atualiza a opinião pré-emissão, elaborado pela NINT (na época sob a marca SITAWI) em junho de 2019, que avaliou o alinhamento das Debêntures aos *Green Bond Principles* (GBP)². O primeiro parecer de pós-emissão foi conduzido pela NINT em junho de 2020, o segundo em junho de 2021 e o terceiro em junho de 2022. O presente relatório é a quarta análise pós-emissão realizado 48 meses após a emissão, que foi encerrada em julho de 2019.

Os recursos obtidos com a emissão de debêntures, cujo volume total é de R\$ 1.294.449.000,00, foram utilizados para pagamentos e reembolso dos custos relacionados à implementação de uma usina hidrelétrica, 15 projetos de geração de energia eólica e 10 linhas de transmissão de energia elétrica, em 15 estados brasileiros.

A Neoenergia é uma holding do setor elétrico controlada pela Iberdrola Energia, empresa espanhola do setor. A companhia tem atuação no Brasil desde 1997 e, atualmente, possui atuação em geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia em 18 estados brasileiros.

A NINT utilizou seu método proprietário de avaliação, que está alinhado com os GBP, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável³ e outros padrões de sustentabilidade reconhecidos internacionalmente.

A opinião da NINT é baseada em:

- Avaliação da emissão de acordo com a escritura da emissão e outros documentos legais, além de entrevistas com a equipe da Neoenergia;
- Avaliação dos benefícios ambientais e climáticos dos projetos;
- Análise dos impactos socioambientais gerados pela empresa e pelos projetos nos últimos 48 meses.
- Desempenho ambiental, social e de governança corporativa (ASG) da emissora de acordo com políticas e práticas da empresa.

A análise desse parecer utilizou informações e documentos fornecidos pela Neoenergia, sendo alguns de caráter confidencial; pesquisa de mesa; além de outros elementos adquiridos em entrevistas com equipes responsáveis nas áreas de sustentabilidade e financeira, realizadas por videoconferência. Esse processo foi realizado ao longo de maio e junho de 2023.

² GBP

³ [Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ONU](#)



Os pareceres de pré-emissão e pós-emissão, realizados 12, 24 e 36 meses após a emissão, foram disponibilizados publicamente aos debenturistas no site da Neoenergia.

O processo de avaliação consistiu em:

- Planejamento da avaliação;
- Realização da avaliação, incluindo a preparação do cliente, obtenção de evidências e avaliação;
- Elaboração da conclusão da avaliação;
- Preparação do relatório da avaliação.

O processo de avaliação foi realizado de acordo com princípios gerais relevantes e padrões profissionais de auditoria independente, e em linha com a Norma Internacional sobre Compromissos de Avaliação que não sejam auditorias ou revisões de informações financeiras históricas (ISAE 3000), Norma Internacional em Controle de Qualidade (ISQC 1, 2009) e Código de Ética para Contadores Profissionais do *International Ethic Standards Board for Accountants* (IESBA, 2019).

A NINT teve acesso a todos os documentos e pessoas solicitadas, podendo assim prover uma opinião com nível razoável⁴ de asseguarção em relação a completude, precisão e confiabilidade.

⁴ Veja explicação na seção Método



Declaração de Responsabilidade

A NINT não é acionista, investida, cliente ou fornecedora do Grupo Neoenergia ou de suas subsidiárias. A NINT foi responsável por Pareceres de Segunda Opinião das emissões verdes anteriores do Grupo. A NINT também conduziu um outro projeto de estratégia ASG para uma subsidiária do Grupo. Para mitigar o potencial conflito de interesse e garantir objetividade e isenção, os profissionais responsáveis por este Parecer não se envolveram no projeto de estratégia ASG da subsidiária e vice-versa. A NINT declara, desta forma, não possuir conflito de interesse e estar apta a emitir uma opinião independente acerca da emissão.

As análises contidas nesse parecer são baseadas em uma série de documentos, parte destes confidenciais, fornecidos pela Empresa. Não podemos atestar pela completude, exatidão ou até mesmo veracidade destes. Portanto, a NINT⁵ não se responsabiliza pelo uso das informações contidas nesse parecer.

ISSO NÃO É UMA RECOMENDAÇÃO

Frisamos que todas as avaliações e opiniões indicadas nesse relatório não constituem uma recomendação de investimento e não devem ser consideradas para atestar a rentabilidade ou liquidez dos papéis.

⁵ A responsável final por esse relatório é a NINT - NATURAL INTELLIGENCE LTDA., uma empresa do Grupo ERM



2. Opinião

A NINT mantém a opinião de que a sexta emissão de debêntures da Neoenergia de 2019 segue em conformidade, em todos os aspectos materiais, com os Green Bond Principles (GBP), mantendo todas as credenciais ambientais necessárias para ser caracterizada como Título Verde.

Essa opinião é baseada nas análises de Alocação dos Recursos (seção 3) e Impacto dos Projetos (seção 4).

Equipe técnica responsável



Isabela Coutinho

Gerente ESG

isabela.coutinho@nintgroup.com

Rio de Janeiro, 15/06/2023



3. Alocação de Recursos

Conforme definido na escritura da emissão e no parecer de pré-emissão, os recursos líquidos obtidos por meio da Debênture Verde foram destinados para pagamentos e reembolsos de gastos, despesas ou dívidas relacionadas aos investimentos para construção de infraestruturas de geração e transmissão de energia elétrica por intermédio de SPEs, controladas pela Neoenergia. Os projetos se encontram em fases distintas de implementação, conforme mostrado na tabela abaixo:

Tabela 1: Status dos projetos financiados

Tipo	Nome	Localização (UF)	Status
UHE	Baixo Iguaçu	PR	Operação
	Chafariz 1	PB	Operação
Eólica	Chafariz 2	PB	Operação
	Chafariz 3	PB	Operação
	Chafariz 4	PB	Operação
	Chafariz 5	PB	Operação
	Chafariz 6	PB	Operação
	Chafariz 7	PB	Operação
	Canoas 2	PB	Operação
	Canoas 3	PB	Operação
	Canoas 4	PB	Operação
	Lagoa 3	PB	Operação
	Lagoa 4	PB	Operação
	Ventos do Arapuá 1	PB	Operação
	Ventos do Arapuá 2	PB	Operação
	Ventos do Arapuá 3	PB	Operação
Transmissão	EKTT 1	TO, MA, PI e BA	Operação
	EKTT 2 (Santa Luzia)	CE e PB	Operação
	EKTT 3	RJ	Instalação
	EKTT 4 (Itabapoana)	RJ, ES e MG	Instalação
	EKTT 5	RS e SC	Instalação/ Aguardando licenciamento
	EKTT 11 (Vale do Itajaí)	SC e PR	Instalação/ Aguardando licenciamento
	EKTT 12-A (Dourados)	MS e SP	Operação
	EKTT 13-A	SP	Operação
	EKTT 14-A	SC	Operação
	EKTT 15-A	CE	Operação

Fonte: Elaboração própria NINT

A captação dos recursos através da debênture verde foi concluída em julho de 2019, no valor de R\$ 1.294.449.000,00, em duas séries com vencimento em 15 de junho de 2029 e 15 de junho de 2033, respectivamente.

Em junho de 2022, a Neoenergia apresentou comprovações da alocação de 100% dos recursos em todos os projetos, sendo 30,90% direcionados para a UHE Baixo Iguaçu, 17,10% para os projetos de geração de energia eólica e 52% para os projetos de



transmissão de energia elétrica. 58% dos recursos aportados foram direcionados para reembolsos de gastos realizados entre 15/06/2017 e 15/06/2019 e 42% foram gastos realizados após a emissão, de 16/06/2019 até 11/05/2021. Os aportes foram confirmados através de Demonstrações Financeiras auditadas de 31 de dezembro de 2021. O panorama de alocação dos recursos da emissão está apresentado na Tabela 2 abaixo.

Tabela 2: Alocação dos recursos captados

Nome	Recursos destinados ao projeto	Reembolsos	Recursos alocados após a emissão	% dos recursos da emissão
Baixo Iguaçu	400	400	-	30,9%
Chafariz 1	15,5	3,6	11,9	1,20%
Chafariz 2	15,5	3,6	11,9	1,20%
Chafariz 3	6,2	3,9	2,3	0,48%
Chafariz 4	20,7	1,0	19,7	1,60%
Chafariz 5	20,7	1,0	19,7	1,60%
Chafariz 6	13,0	3,5	9,5	1,00%
Chafariz 7	12,6	3,9	8,7	0,97%
Canoas 2	15,5	3,6	11,9	1,20%
Canoas 3	20,7	1,0	19,7	1,60%
Canoas 4	15,5	3,6	11,9	1,20%
Lagoa 3	15,5	3,6	11,9	1,20%
Lagoa 4	8,3	2,4	5,9	0,64%
Ventos do Arapuá 1	14,5	1,0	13,5	1,12%
Ventos do Arapuá 2	20,7	1,0	19,7	1,60%
Ventos do Arapuá 3	6,2	1,0	5,2	0,48%
EKTT 1	70,4	40,0	30,4	5,44%
EKTT 2 (Santa Luzia)	36,2	21,6	14,6	2,80%
EKTT 3	62,1	11,8	50,3	4,80%
EKTT 4 (Itabapoana)	36,2	9,5	26,7	2,80%
EKTT 5	67,3	13,4	53,9	5,20%
EKTT 11 (Vale do Itajaí)	113,9	14,8	99,1	8,80%
EKTT 12-A (Dourados)	106,7	65,8	40,9	8,24%
EKTT 13-A	77,7	43,2	34,5	6,00%
EKTT 14-A	75,6	61,0	14,6	5,84%
EKTT 15-A	26,9	26,9	-	2,08%
Total	1.294,1	745,7	548,4	100%

Fonte: Elaboração própria NINT

A empresa demonstrou, através de informações confidenciais, que o valor total dos projetos elegíveis é maior que o da 6ª emissão, reduzindo o risco de que houvesse recursos não alocados nos projetos elegíveis. Ainda, em seu *website* de Relações com



Investidores, a emissora publicou o prospecto e a escritura da emissão que descrevem a alocação dos recursos do Título Verde⁶. A emissora também divulgou o Parecer de Segunda Opinião emitido pela NINT em maio de 2019, que verificou a elegibilidade do título como verde, além dos Pareceres Independentes de Pós-emissão de 2020⁷, 2021⁸ e 2022⁹, que atestaram a conformidade da alocação dos recursos provenientes da 6ª emissão.

Quatro dos dez projetos de transmissão de energia elétrica foram alvo de outros financiamentos verdes. Todas as emissões contaram com pareceres independentes da NINT, que estão disponíveis na seção de Dívidas Verdes do *website*¹⁰ da Neoenergia.

O projeto de transmissão **EKTT 4 (Itabapoana)** foi objeto de outra emissão de Títulos Verdes, a 1ª (primeira) Emissão de Debêntures Simples da NEOENERGIA ITABAPOANA TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A., integrante do Grupo Neoenergia (2ª debênture verde da Neoenergia), emitida em fevereiro de 2020 no valor de R\$ 300 milhões.

Tabela 3: Representação de Debêntures Verdes no custo total do projeto EKTT 4

Projeto de Transmissão	Recursos da 2ª Debênture Verde da Neoenergia (R\$ MM)	Recursos da 1ª Debênture Verde da Neoenergia (R\$ MM)	Participação de emissões verdes sobre o valor total do projeto
Neoenergia Itabapoana Transmissão de Energia S.A. (EKTT4)	300,0	36,2*	43,7%

*Captados por meio da sexta emissão de debêntures simples da Neoenergia, que foi a primeira emissão verde da empresa.

Fonte: Elaboração própria NINT

A partir das informações observadas na tabela 3 acima, é possível concluir que esse projeto conta com 43,7% de participação de Debêntures Verdes em seu financiamento. A gestão dos recursos foi realizada pela Superintendência Financeira do Grupo Neoenergia.

O projeto de Transmissão **EKTT 11 (Vale do Itajaí)** também foi objeto de outro Financiamento Verde, o primeiro Empréstimo Verde de 2022 da Neoenergia Vale do Itajaí Transmissão de Energia S.A, integrante do Grupo Neoenergia, no valor de R\$1.305.000.000,00, junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). De acordo com informações confidenciais fornecidas pela empresa, a soma das duas emissões verdes não ultrapassa o valor total do projeto, conforme demonstrado na Tabela 4.

⁶ Neoenergia RI - Dívidas verdes

⁷ Parecer Independente de Pós-emissão - Ano 1

⁸ Parecer Independente de Pós-Emissão - Ano 2

⁹ Parecer Independente de Pós-Emissão - Ano 3

¹⁰ Dívidas Verdes



Tabela 4: Representação de Operações Verdes no custo total do projeto EKT 11

Projeto de Transmissão	Recursos do 1º Empréstimo Verde da Neoenergia Vale do Itajaí (R\$ MM)	Recursos da 1ª Debênture Verde da Neoenergia (R\$ MM)	Participação de emissões verdes sobre o valor total do projeto
Neoenergia Vale do Itajaí Transmissão de Energia S.A. (EKT11)	1.305,0	113,9	69,1%

Fonte: Elaboração própria NINT

A partir das informações observadas na Tabela 4 acima, é possível concluir que esse projeto conta com 69,1% de participação de Emissões Verdes em seu financiamento.

De forma semelhante, o projeto de Transmissão **EKT 2 (Santa Luzia)** foi objeto de outro Empréstimo Verde em 2020, da Neoenergia Santa Luzia Transmissão de Energia S.A, integrante do Grupo Neoenergia, no valor de R\$368.978.000,00, junto ao BNDES. De acordo com informações confidenciais fornecidas pela empresa, a soma das duas emissões verdes não ultrapassa o valor total do projeto, conforme demonstrado na Tabela 5.

Tabela 5: Representação de Operações Verdes no custo total do projeto EKT 2

Projeto de Transmissão	Recursos do 1º Empréstimo Verde da Neoenergia Santa Luzia (R\$ MM)	Recursos da 1ª Debênture Verde da Neoenergia (R\$ MM)	Participação de emissões verdes sobre o valor total do projeto
Neoenergia Santa Luzia Transmissão de Energia S.A. (EKT2)	368,98	36,2	79,5%

Fonte: Elaboração própria NINT

A partir das informações observadas na Tabela 5 acima, é possível concluir que esse projeto conta com 79,5% de participação de Emissões Verdes em seu financiamento.

Por fim, o projeto de Transmissão **EKT 12-A (Dourados)** foi objeto de outro Empréstimo Verde, realizado em 2020, pela Neoenergia Dourados Transmissão de Energia S.A, integrante do Grupo Neoenergia, no valor de R\$375.000.000,00, junto ao BNDES. De acordo com informações confidenciais fornecidas pela empresa, a soma das duas emissões verdes não ultrapassa o valor total do projeto, conforme demonstrado na Tabela 6.



Tabela 6: Representação de Operações Verdes no custo total do projeto EKT 12-A

Projeto de Transmissão	Recursos do 1º Empréstimo Verde da Neoenergia Dourados (R\$ MM)	Recursos da 1ª Debênture Verde da Neoenergia (R\$ MM)	Participação de emissões verdes sobre o valor total do projeto
Neoenergia Dourados Transmissão de Energia S.A. (EKT12-A)	375,00	106,7	77,7%

Fonte: Elaboração própria NINT

A partir das informações observadas na Tabela 6 acima, é possível concluir que esse projeto conta com 77,7% de participação de Emissões Verdes em seu financiamento.

Ademais, a escritura da 6ª emissão de debêntures da Neoenergia restringe os dispêndios ao desenvolvimento, construção e operação de usina hidrelétrica, parques eólicos e ativos de transmissão, listados na Tabela 2. Isso garante que os recursos foram aplicados para apoiar a geração e transmissão de energia renovável, categorias elegíveis à classificação de Título Verde.

É importante frisar a característica de debênture de infraestrutura incentivada da emissão, já que os projetos financiados se enquadram como prioritários pelo Ministério de Minas e Energia. Assim, a debênture também deve observar o disposto na Lei nº12.431/11 para não perder o benefício gerado pelo tratamento tributário especial.

Por fim, a empresa também se compromete a divulgar informações socioambientais atualizadas acerca dos projetos anualmente até a maturidade da debênture, nomeadamente com a divulgação do presente documento em seu *site*.

Os indicadores de benefícios socioambientais dos projetos são apresentados na [seção 4](#) deste parecer.

Podemos verificar que, 48 meses após a emissão, os recursos captados foram integralmente alocados nos projetos elegíveis de acordo com a escritura, com o parecer independente de pré-emissão e os pareceres independentes de pós-emissão (divulgados nos 12, 24 e 36 meses após a emissão). Os projetos elegíveis não foram alvo de sobreposição de recursos de outras emissões temáticas. Todos os projetos financiados estão alinhados com os Green Bond Principles (GBP) e, a Neoenergia segue comprometida com a divulgação dos indicadores socioambientais do projeto, incluindo a publicação deste parecer pós-emissão.



4. Impacto dos Projetos

4.1 Benefícios socioambientais

O principal benefício ambiental gerado pelos projetos está associado ao aumento do volume de geração e transmissão de energia renovável. A Neoenergia se comprometeu a apresentar indicadores que demonstrassem tais benefícios ambientais por meio dos pareceres de pós emissão emitidos pela NINT.

Os indicadores previstos no parecer de pré-emissão estão apresentados na Tabela 7 abaixo.

Tabela 7: Benefícios ambientais dos projetos de geração de energia renovável

Benefício ambiental	Total dos projetos	Parcela da Debênture
Geração de Energia Renovável (GWh)		
Geração eólica ¹¹	1.892,47	198,71 (10,5%)
Geração hidrelétrica ¹²	5.034,49	840,76 (16,7%)
Total	6.926,96	1.039,47
Emissão de Gases de Efeito Estufa (GEE) evitada (tCO₂)¹³		
Geração eólica ¹⁴	143.638	15.082 (10,5%)
Geração hidrelétrica ¹⁵	346.169	57.810 (16,7%)
Total	489.807	72.892

Fonte: Neoenergia; Elaboração própria NINT

O benefício ambiental gerado pelos projetos de transmissão está associado principalmente ao aumento no volume de transmissão de energias renováveis não convencionais (eólica, solar, UTE a biomassa e PCH). Esse benefício será demonstrado pela variação do “Indicador de prestação de serviço de transmissão a Usuários Verdes”, conforme compromisso na escritura. Nesse indicador, cada Usuário Verde representa uma usina geradora de energia renovável não convencional. Assim, o indicador é composto das seguintes variáveis:

- Número de usuários do sistema que geram energia renovável não convencional (Usuários Verdes): mostra a quantidade de usuários que produzem energia renovável;
- Faturamento com transmissão de energia renovável (R\$): demonstra a disponibilidade do sistema para transmitir energia gerada pelos Usuários Verdes.

Como 3 dos 10 projetos de transmissão ainda não entraram em operação, não é possível estimar o benefício ambiental de todos os projetos de transmissão contemplados pela emissão. No entanto, o resultado desse indicador para os projetos ativos da emissão

¹¹ Estimada pela Neoenergia

¹² Considera o período de Jan/2019 a Abr/2023

¹³ Fatores Médios Anuais do Grid estão disponíveis mês a mês, para cada ano, no [site](#) do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI)

¹⁴ Foi utilizado o Fator Médio dos últimos 5 anos para o cálculo de emissões evitadas, visto que a geração de energia dos parques eólicos é uma estimativa para o ano de 2023

¹⁵ Foram utilizados os Fatores Médios de cada ano para o cálculo de emissões evitadas, de 2019 a 2023 (até abril)



mostra aumento no percentual de faturamento com usuários verdes sobre o total entre 2022 e 2023. Vale ressaltar que o projeto EKT 05 (Lagoa dos Patos) iniciou suas operações no mês de fevereiro de 2023.

Na Tabela 8, observa-se o crescimento da média mensal de Usuários Verdes (UVs) das linhas de transmissão, acompanhado do aumento da participação do faturamento desses UVs em relação ao faturamento total. 78% dos usuários conectados às linhas de transmissão da Neoenergia em 2023 foram consideradas 'Verdes', ou seja, permitiram o escoamento de energia renovável não convencional, em contraste com 76% no ano de 2022. O percentual de participação do faturamento destes usuários em relação ao total, que era de 7% no ano de 2021, chegou a 9% do total da rede básica, totalizando um faturamento médio mensal de R\$ 2.720.967,36.

Tabela 8: Benefícios ambientais das LTs financiadas

Benefício ambiental	2022	2023*
Média mensal do número de Usuários Verdes	960	1017**
Percentual de Usuários Verdes sobre o total de usuários considerando médias mensais (%)	76%	78%
Média do faturamento de Usuários Verdes por mês (R\$)	1.881.726,58	2.720.967,36
Percentual de faturamento de Usuários Verdes sobre o total (%)	7%	9%

*Valores referentes ao período de janeiro a abril

**Início da operação da linha EKT05 em Fev/2023

Fonte: Neoenergia; Elaboração própria NINT

Os projetos estão conectados ao Sistema Interligado Nacional (SIN). O fator de emissões do SIN, um dos indicadores a ser monitorado para a avaliação de impacto ambiental dos projetos objeto da emissão, está em conformidade com a definição da Taxonomia de Finanças Sustentáveis da União Europeia pois apresenta valores cuja média móvel dos últimos cinco anos está abaixo do limite de 100gCO₂/kWh, como mostra a Tabela 9. Isto posto, evidencia-se que os projetos fazem parte de um sistema que está em um caminho de descarbonização, atendendo a exigência de mitigação do critério de Redes Elétricas e Armazenamento da CBI¹⁶.

Tabela 9: Fator de emissões do SIN (2018-2022)

Ano	Fator de emissões (gCO ₂ /kWh)
2018	74,0
2019	75,0
2020	61,7
2021	126,4
2022	42,6
Média	75,9

Fonte - MCTI (2022)¹⁷

¹⁶ CBI's Electric Grid and Storage Criteria

¹⁷ Fatores de emissão de CO₂ - SIN



Os projetos também estão alinhados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU), que definem as prioridades globais de desenvolvimento sustentável para 2030. A geração de energia renovável apresenta alinhamento ao ODS 7 (“Garantir acesso à energia barata, confiável, sustentável e renovável para todos”) e ODS 13 (“Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos”), conforme mostrado na Tabela a seguir.

Tabela 10: ODS e metas aplicáveis

ODS	Metas aplicáveis
	7.2. Até 2030, aumentar substancialmente a participação de energias renováveis na matriz energética global.
	13.1. Reforçar a resiliência e a capacidade de adaptação a riscos relacionados ao clima e às catástrofes naturais em todos os países

Fonte: Elaboração própria NINT

A empresa identificou os principais impactos ambientais e sociais dos projetos, assim como ações para mitigação de riscos, que serão abordados em mais detalhes a seguir.

4.2 Gestão dos impactos socioambientais

4.2.1 UHE Baixo Iguaçu

Descrição do projeto: A UHE Baixo Iguaçu (UHEBI), uma hidrelétrica a fio d’água instalada no Rio Iguaçu a 174 km de sua foz se encontra em operação desde janeiro de 2019. Contou com Autorização para o Licenciamento Ambiental Nº 01/2015 emitida pelo ICMBio, com Autorização para Enchimento do Reservatório e Testes de Comissionamento Nº 50245/2018 e conta com LO Nº 35980/2019 com validade até fevereiro de 2023, ambas emitidas pelo Instituto Ambiental do Paraná (IAP). A companhia apresentou o Relatório de Status de Cumprimento dos Programas Ambientais e Condicionantes da autorização do ICMBio e da LO, expirada em fevereiro. Todas as condicionantes da licença ambiental encontram-se em atendimento, atendidas ou no aguardo de manifestação do Instituto Água e Terra (IAT)¹⁸ conforme relatório apresentado pela empresa. Além disso, enviou a Certidão de Renovação de Licença (CRL) da Licença de operação, válido até 05/04/2023 ou “até a manifestação do órgão responsável (IAT)”. A Neoenergia alegou que o IAT ainda não havia se pronunciado até a conclusão do presente relatório.

A UHE possui 350 MW de capacidade instalada. Com reservatório de 31 km² (13 km² de áreas efetivamente alagadas e 18 km² correspondente à calha do rio Iguaçu). 70% do capital da Usina é detido por empresa do Grupo Neoenergia (Geração Céu Azul). Sua barragem é considerada de baixa estatura segundo padrão definido pela **International Commission on Large Dams** (ICOLD). O empreendimento possui densidade de geração de 11,3 W/m² de área alagada.

¹⁸ Instituto Água e Terra

Impactos positivos: A usina possui capacidade instalada suficiente para atender 1 milhão de pessoas, aumentando o abastecimento de energia na região. Sua transmissão é garantida por sua linha de transmissão associada (a LT 230 kV SE Baixo Iguaçu - SE Cascavel Oeste). Durante sua operação, a geração de energia advinda de fontes hidrelétricas não gera emissões de Gases do Efeito Estufa (GEE). Ademais, as áreas preservadas e em recuperação ambiental no canteiro de obras da UHE Baixo Iguaçu superaram os 20% da área total.

Principais riscos: Os principais riscos envolvem o alagamento de áreas para instalação e a respectiva emissão de gases de efeito estufa; a localização do empreendimento na zona de amortecimento do Parque Nacional do Iguaçu (PNI), declarado pela UNESCO como Patrimônio Natural da Humanidade; o impacto hídrico; e a desapropriação, reassentamento e indenização de comunidades afetadas.

Ações de mitigação: O empreendimento possui os seguintes programas ambientais: de Comunicação Social; de Educação Ambiental; de Acompanhamento das Interferências dos Direitos Minerários; de Apoio aos Municípios e às Comunidades Locais; de Saúde; de Seleção e Treinamento de Mão de Obra; de Desenvolvimento Turístico, Lazer e Recreação; de Prospecção Arqueológica Intensiva; de Apoio à Elaboração das Agendas 21; de Monitoramento do Lençol Freático e Qualidade das Águas Subterrâneas; de Monitoramento Sismológico; de Monitoramento Hidrossedimentológico; de Monitoramento Climatológico; de Consolidação do Corredor de Biodiversidade; de Resgate e Aproveitamento Científico da Flora; de Resgate e Aproveitamento Científico da Fauna; de Estudos para a Conservação da Flora; de Monitoramento do Meio Aquático (Subprogramas de Limnologia e da Qualidade da Água; e de Monitoramento da Ictiofauna); de Conservação e Monitoramento da Fauna Terrestre e Semiaquática; de Monitoramento da Paisagem; Onça-Pintada (Consolidando Ações de Monitoramento e de Educação Ambiental); de Recuperação de Áreas Degradadas; de Limpeza da Bacia de Acumulação; de Remanejamento e Monitoramento da População Atingida; de Readequação e Recolocação da Infraestrutura; de Fiscalização dos Recursos Naturais; de Consolidação das Unidades de Conservação; de Gestão Ambiental das Águas e do Entorno do Reservatório da UHE Baixo Iguaçu; e de Gerenciamento Ambiental. As informações sobre os programas e seus respectivos andamentos estão disponíveis para o público através de *website*¹⁹ dedicado, que é atualizado mensalmente com relatórios enviados aos órgãos ambientais e outras informações relevantes.

Controvérsia (atualização): Em novembro de 2019, a Comissão dos Atingidos pela Barragem da Câmara Municipal de Capitão Leônidas Marques protocolou um pedido junto ao Ministério Público do Paraná solicitando a não renovação da LO da UHE, alegando não cumprimento das condicionantes e falta de indenização para mais de 50 famílias atingidas. Ocorreram audiências com os reclamantes, mas a empresa não foi chamada para prestar esclarecimentos. A UHEBI informou que está em dia com as condicionantes de seu licenciamento ambiental e que sua LO está vigente. Na época de planejamento e implementação do empreendimento, a elegibilidade para indenizações foi analisada caso a caso de acordo com critérios pré-estabelecidos. A empresa informou que famílias que não foram incluídas no levantamento para indenizações puderam apresentar documentação para justificar seus casos, e que a maior parte das indenizações ocorreu de forma amigável. A Neoenergia diz estar aberta a receber e analisar todas as demandas, analisando criteriosamente os pedidos e aprovando os que se enquadram nos requisitos.

¹⁹ [Baixo Iguaçu](#)



O Consórcio Empreendedor Baixo Iguaçu (CEBI) realizou tratativas perante as famílias consideradas pelo Instituto Água e Terra (IAT), órgão ambiental do estado do Paraná, como elegíveis ao Programa de Remanejamento da População Atingida - que tem como objetivo compensar ou mitigar os impactos sobre a população diretamente afetada pelo empreendimento -, evidenciado por relatório protocolado no IAT em fevereiro de 2021.

Em março de 2021, o CEBI recebeu o Ofício 078/2021 do Ministério Público do Estado do Paraná, o qual solicita manifestação sobre o cumprimento dos direitos de reassentamento das famílias ribeirinhas reconhecidas pelo empreendimento. O CEBI respondeu ao Ofício por meio da carta CEBI 018/2021 apresentando o status de atendimento ao Programa de Remanejamento da População Atingida. Não houve retorno do Ministério Público, de maneira que o CEBI considerou que a Carta apresentada foi satisfatória.

A Neoenergia informou que na ausência de novas evidências documentais, o CEBI considera plenamente satisfeita sua obrigação de realocação da população efetivamente interferida pelo empreendimento. Para tanto, o CEBI protocolou no Instituto Água e Terra (órgão licenciador da UHE Baixo Iguaçu), em 10 de dezembro de 2021, o 10º Relatório de Acompanhamento do Programa de Remanejamento da População Atingida, sob protocolo nº 18.426.765-9, onde foram apresentadas as evidências das ações de remanejamento populacional, em atendimento às exigências do IAT formalizadas através do Ofício IAT nº 243/2020 e do Ofício 455/2020/IAT/DILIO/GELI/DLE, onde, para os casos considerados elegíveis pelo IAT, foram realizadas tratativas e atendidos em sua integralidade.

Atualmente, a Ação Civil Pública nº 0000285-77.2023.8.16.0062 está em trâmite na Vara Cível de Capitão Leônidas Marques. Em 03/04/2023, o CEBI foi intimado a apresentar esclarecimentos acerca do processo de remanejamento populacional. A defesa para o caso foi protocolada em 19/05/2023.

O CEBI considera plenamente satisfeita sua obrigação de relocação da população efetivamente interferida pelo empreendimento. Cabe ressaltar que, continuam os trabalhos de Assistência Técnica desenvolvidos pelo CEBI para acompanhamento social e apoio técnico às famílias relocadas. Ademais, ainda que todas as tratativas administrativas tenham se esgotado, o CEBI continua à disposição para recepcionar e analisar novos casos com evidências devidamente comprovadas.

4.2.2 Parques Eólicos (Chafariz, Canoas, Lagoa e Ventos do Arapuá)

Ao todo, 15 unidades de geração eólica no estado de Pernambuco (PE) foram financiadas pela emissão. Cada uma delas é formada por aerogeradores de aproximadamente 3,47 MW de potência. Todos já se encontram em operação e possuem Licenças de Operação válidas, emitidas pela SUDEMA. A Tabela 11 abaixo apresenta os detalhes de cada parque.

Tabela 11: Parques eólicos financiados

Nome	Início da operação	Potência (MW)	Licença de Operação	Validade
Chafariz 1	13/08/2021	34,7	Nº 965/2023	18/05/2026
Chafariz 2	30/09/2021	34,7	Nº 948/2023	18/05/2026



Chafariz 3	14/01/2022	34,7	Nº 949/2023	18/05/2026
Chafariz 4	02/12/2021	34,7	Nº 1295/2021	08/07/2023
Chafariz 5	17/12/2021	34,7	Nº 1296/2021	08/07/2023
Chafariz 6	14/08/2021	31,2	Nº 971/2021	25/05/2023
Chafariz 7	19/07/2021	34,7	Nº 969/2021	25/05/2023
Canoas 2	31/12/2021	34,7	Nº 2415/2021	06/12/2023
Canoas 3	13/01/2022	34,7	Nº 2050/2021	13/10/2023
Canoas 4	05/01/2022	34,7	Nº 2035/2021	07/10/2023
Lagoa 3	21/12/2021	34,7	Nº 2051/2021	13/10/2023
Lagoa 4	27/12/2021	20,8	Nº 2034/2021	07/10/2023
Ventos do Arapuá 1	01/12/2021	24,3	Nº 1313/2021	09/07/2023
Ventos do Arapuá 2	11/11/2021	34,7	Nº 1311/2021	09/07/2023
Ventos do Arapuá 3	11/11/2021	13,9	Nº 1310/2021	09/07/2023

Fonte: Neoenergia; Elaboração própria NINT

Impactos positivos: Contribuição com a diversificação da matriz energética brasileira, geração de energia renovável não convencional, sem emissões de gases de efeito estufa (GEE), aumento na disponibilidade de energia na região e incremento na renda de arrendatários dos terrenos usados.

Principais riscos: Geração de ruídos e poluição do ar, saúde e segurança de trabalhadores, processos erosivos e assoreamento, geração de resíduos e impactos sobre biodiversidade.

Ações de mitigação: A empresa apresentou, para os seus parques eólicos e os demais sistemas associados, seu Relatório Ambiental, de maio de 2022, onde descreve o atendimento às condicionantes das Licenças de Operação e prevendo, para o segundo semestre de 2022, a realização de relatórios anuais com os resultados das medidas de controle ambiental realizadas. Além disso, o relatório ambiental apresenta a conformidade com as diretrizes de Qualidade, Saúde, Segurança e Meio Ambiente, certificada pelas normas ISO 9.001, ISO 14.001 e ISO 45.001. Não foram apresentados relatórios referentes ao ano de 2023.

Através do Relatório Ambiental a empresa apresenta seus Programas Ambientais em fase de operação, como: Programa de Gestão Ambiental; Programa de Controle e Monitoramento de Processos Erosivos e Equipamentos de Drenagem; Programa de Monitoramento de Ruídos; Programa de Monitoramento Sinalização Viária; Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos e Efluentes; Programa de Monitoramento e Manutenção da Faixa de Servidão Administrativa; Programa de Recuperação de Áreas Degradadas; Programa de Comunicação Social; Programa de Educação Ambiental; Programa de Monitoramento de Fauna Silvestre.

A Neoenergia também apresenta seus Projetos de Investimento Socioambiental Voluntários, sendo eles: Projeto Restauração Da Caatinga: Técnicas Inovadoras, Capacitação de Pessoal e Tomada de Decisão; Projeto Educaatinga.

4.2.3 Linhas de Transmissão

Os projetos financiados são de implantação de Linhas de Transmissão (LTs) e/ou Subestações (SE) ou ampliação de projetos já existentes. A companhia apresentou as respectivas Licenças Ambientais dos projetos, que se encontram em diferentes etapas de implementação. A Tabela 12 abaixo apresenta uma breve descrição dos projetos e seu *status* de licenciamento ambiental.



Tabela 12: Linhas de transmissão financiados

Nome	Início da operação	Descrição	Licenças Ambientais	Validade
EKTT 1 (Jalapão)	T1: 01/22 T2: 12/21	LT Miracema-Gilbués II, de 500kV e extensão de 418 km; LT Gilbués II-Barreiras II, de 500kV e extensão de 311km; Ampliação das SEs Miracema, Gilbués II e Barreiras II	LO N° 1635/2021	12/2031
EKTT 2 (Santa Luzia)	T1: 06/21 T2: 11/21	LT Milagres II - Santa Luzia II - Campina Grande III, de 500kV e extensão de 344 km; Implementação da SE Santa Luzia II de 500kV	LO N° 1616/2021 LO N° 1616/2021 LO N° C4/2021	04/2031 06/2031 06/2023
EKTT 3 (Guanabara)	T1: 05/23	LT Terminal Rio - Lagos, de 500 kV e extensão de 227 km; LT Lagos - Campos 2, de 500 kV e extensão de 101 km; Novo pátio de 500 kV na SE Lagos	LI N° 1419/2021	2025
EKTT 4 (Itabapoana)	T1: 09/23	LT Campos 2 - Mutum, de 500 km e extensão de 239 km	LI N° 1419/2021	2025
EKTT 5 (Lagoa dos Patos)	T1: 07/24 T2: 12/22 T3: 12/22 T4: 07/22 T5: 09/22 T6: 05/23	LT Povo Novo - Guaíba 3 C3, de 525kV e extensão de 234 km; LT Livramento 3 - Santa Maria 3 C2, de 230 kV e extensão de 224 km; LT Capivari do Sul - Siderópolis 2, de 525 kV e extensão de 225 km; LT Siderópolis 2 - Forquilha C2, de 230 kV e extensão de 27 km; Implementação das SE Livramento 3 - Compensador Síncrono e SE Marmeleiro 2 - Compensador Síncrono	LO N° 02116/2022 LO N° 02984/2021 LI N° 00374/2021 LI N° 00052-2020 LI N° 00228/2021 LP N° 666/2022	07/2027 12/2026 11/2025 11/2025 06/2026 02/2026



EKT 11 (Vale do Itajaí)		LT Areia - Joinville Sul, de 525 kV e extensão de 292 km;		
		LT Joinville Sul - Itajaí 2, de 525 kV e extensão de 82 km;		
		LT Itajaí 2 - Biguaçu, de 525 kV e extensão de 63 km;		
		LT Rio do Sul - Indaial, de 230 kV, com dois trechos de 51 km de extensão;		
		LT Indaial - Gaspar 2, de 230 kV, com dois trechos de 57 km de extensão;		
		LT Itajaí - Itajaí 2, de 230 kV, com dois trechos de 10 km de extensão.		
		Implementação das SEs 525/230/138 kV Joinville Sul;		
		SE 230/138 KV Jaraguá do Sul;		
	T1: 03/24	SE 525/230/138 kV Itajaí 2;	LI Nº 444/2021	05/2025
	T2: 04/23	SE 525/230/138 kV Gaspar 2 - novo pátio 525 kV;	LI Nº 2563/2021	08/2027
	T3: 03/24	SE 230/138 kV Indaial.	LI Nº 4548/2021	08/2027
	T4: 12/22		LI Nº 1433/2021	06/2028
	T5: 03/24	Implementação das SECC LT 525 kV Curitiba - Blumenau para SE Joinville Sul CD (34,6 km);		
		SECC LT 525 kV Curitiba Leste - Blumenau para SE Joinville Sul - CD (33,3 km);		
		SECC LT 230 kV Blumenau - Joinville Norte para SE Joinville Sul - CD (5,2 km);		
		SECC LT 230 kV Joinville - Joinville Norte para SE Joinville Sul - CD (12,5 km);		
		SECC LT 230 kV Blumenau - Joinville Norte para SE Jaraguá do Sul - CD (36,9 km);		
		SECC Camboriú Morro do Boi - Itajaí para SE Itajaí 2 - CD (4,3 km);		
		SECC Itajaí Fazenda para SE Itajaí 2 - CD (3,3 km);		
		SECC LT 525 kV Curitiba - Blumenau para SE Gaspar 2 (18,1 km);		
		SECC LT 525 kV Blumenau - Biguaçu para SE Gaspar 2 (7,4 km)		
EKT 12-A (Dourados)		LT SE Nova Porto Primavera - SE Rio Brilhante II, de 230 kV e extensão de 137 km;		
		LT SE Nova Porto Primavera - SE Ivinhema II, de 230 kV e extensão de 64 km;	LO Nº 1578/2020	07/2030
	T1: 08/20	LT Rio Brilhante - Campo Grande 2, de 230 kV e extensão de 149 km;	LO Nº 1602/2020	12/2030
	T2: 12/20	LT Campo Grande 2 - Imbirussu, de 230 kV e extensão de 57,3 km;	LO Nº 228/2020	2024
	T3: 12/20	LT Rio Brilhante - Dourados 2, de 230 kV e extensão de 122 km;	LO Nº 61/2021	2025
	T4: 04/21	LT Dourados 2 - Dourados, de 230 kV e extensão de 48,21 km;	LO Nº 96/2021	2025
	T5: 07/22	Trechos da LT Dourados - Ivinhema 2/Dourados 2, de 230 kV e extensão de 500,6 km;	LO Nº 38/2021	2025
		Implementação da SE 230/138 kV Dourados 2	LO Nº 5/2022	2026



EKTT 13-A (Atibaia)	T1: 12/19	Ampliação da SE Fernão Dias 500 kV; Instalação do Compensador Estático de Reativos (CER)	Autorização Nº 536/2019	-
EKTT 14-A (Biguaçu)	T1: 07/20	Ampliação SE Biguaçu 525 kV; Instalação de CER	LO Nº 3502/2020	06/2024
EKTT 15-A (Sobral)	T1: 01/20	Ampliação da SE Sobral III 500 kV; Instalação de CER	LO Nº 1545/2019	12/2029

Fonte: Neoenergia; Elaboração própria NINT

Impactos positivos: Os projetos de transmissão possuem alguns pontos positivos atrelados, como o aumento da oportunidade de negócios locais, aumento da transmissão de energia elétrica, aumento da confiabilidade do sistema e aumento da capilaridade do SIN, promovendo o maior intercâmbio de energia entre sub-regiões.

Principais riscos: Os principais riscos socioambientais dos projetos de transmissão são a emissão de material particulado, alteração nos níveis de ruído, aumento na geração de resíduos sólidos, alteração na qualidade do ar, indução ou aceleração de processos erosivos, interferência na vegetação, podendo levar a um aumento do efeito de borda, favorecimento da proliferação de vetores, alteração ou perdas de *habitat*, interferência com a fauna silvestre, pressão sobre infraestrutura de serviços essenciais, aumento do risco potencial de acidente com a população local e interferência com o uso e ocupação do solo.

Ações de mitigação: Para controle e mitigação dos impactos negativos e potenciais riscos, foram adotados diversos programas:

- **EKTT 1:** Programa de Negociação e Indenização da Faixa de Servidão, Programa de Comunicação Social (PCS), Programa de Gestão da Interferência em Atividades Minerárias, Programa de Gestão da Mão de Obra (PGMO), Programa de Gestão ao Patrimônio Arqueológico, Programa de Supressão Vegetal, Programa de Compensação Florestal e o Programa de Resgate da Flora.
- **EKTT 2:** Programa de Proteção e Prevenção Contra a Erosão, Programa de Recuperação de Áreas Degradadas (PRAD), Programa Ambiental da Construção (PAC), Programa de Paleontologia Preventiva, Programa de Educação Ambiental dos Trabalhadores (PEAT), Programa de Comunicação Social (PCS), Programa de Reposição Florestal, Programa de Supressão de Vegetação, Programa de Salvamento de Germoplasma Vegetal, Programa de Prevenção de Acidentes com a Fauna, Programa de Liberação da Faixa de Servidão Administrativa e de Indenizações, Programa de Arqueologia Preventiva e Programa de Educação Ambiental (PEA).
- **EKTT 3:** Programa Ambiental da Construção (PAC), Programa de Recuperação de Áreas Degradadas (PRAD), Programa de Reposição Florestal, Plano de Gestão Ambiental (PGA), Programa de Comunicação Social (PCS), Programa de Educação Ambiental (PEA), Programa de Gestão de Interferências com processos minerários, Programa de resgate de Germoplasma, Programa de controle da supressão de vegetação, Programa de Conservação e



Monitoramento da Fauna, Programa de Medidas Compensatórias dos Impactos sobre a Fauna, Programa para Estabelecimento da Faixa de Servidão Administrativa e de Indenizações e Programa de Gestão Socioambiental da Operação.

- **EKTT 4:** Programa Ambiental da Construção (PAC), Programa de Recuperação de Áreas Degradadas (PRAD), Programa de Reposição Florestal, Plano de Gestão Ambiental (PGA), Programa de Comunicação Social (PCS), Programa de Educação Ambiental (PEA), Programa de Gestão de Interferências com processos minerários, Programa de resgate de Germoplasma, Programa de controle da supressão de vegetação, Programa de Conservação e Monitoramento da Fauna, Programa de Medidas Compensatórias dos Impactos sobre a Fauna, Programa para Estabelecimento da Faixa de Servidão Administrativa e de Indenizações e Programa de Gestão Socioambiental da Operação.
- **EKTT 5:** Plano de Gestão Ambiental (PGA), Programa Ambiental da Construção (PAC), Programa de Educação Ambiental (PEA), Programa de negociação e indenização para o estabelecimento da faixa de servidão e acessos, Programa de Comunicação Social (PCS), Programa de Recuperação de Áreas Degradadas (PRAD), Programa de Reposição Florestal, Programa de Conservação e Monitoramento da Fauna, Programa de Resgate e Realocação de Epífitas, Programa de Intervenção e Manejo da Vegetação e Programa de Manutenção da Faixa de Servidão e Acessos.
- **EKTT 11:** Programa de Afugentamento, Manejo e Resgate da Fauna, Programa de Supressão de Vegetação, Programa de Monitoramento da Fauna, Programa Ambiental da Construção (PAC), Programa de Recuperação de Áreas Degradadas (PRAD), Programa de Compensação Florestal, Programa de Resgate de Germoplasma Vegetal, Plano de Compensação Ambiental, Programa de Negociação e Indenização para o Estabelecimento da Faixa de Servidão, Programa de Comunicação Social (PCS), Programa de Educação Ambiental, Programa de Identificação, Monitoramento e Controle dos Processos Erosivos, Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico e Programa Anticolisão da Fauna.
- **EKTT 12-A:** Programa de Proteção e Prevenção Contra a Erosão; Programa de Recuperação de Áreas Degradadas (PRAD), Programa Ambiental da Construção (PAC), Programa de Paleontologia Preventiva, Programa de Educação Ambiental dos Trabalhadores (PEAT), Programa de Comunicação Social (PCS), Programa de Reposição Florestal, Programa de Supressão de Vegetação, Programa de Salvamento de Germoplasma Vegetal, Programa de Prevenção de Acidentes com a Fauna) e Programa de Liberação da Faixa de Servidão Administrativa e de Indenizações.
- **EKTT 13-A:** Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS), Plano de Gestão Ambiental (PGA), Programa Ambiental da Construção (PAC), medidas de controle de erosão e assoreamento e integração de meio ambiente para a equipe de campo.
- **EKTT 14-A:** Programa de Treinamento Ambiental dos Trabalhadores, Programa de Controle de Poluição do Canteiro de Obras e Frentes de Trabalho, Programa



de Controle de Processos Erosivos e de Assoreamento, Plano de Gestão Ambiental (PGA) e Plano de Supressão.

- **EKTT 15-A:** Programa de Comunicação Social (PCS), programa de acompanhamento da supressão, Programa Ambiental da Construção (PAC), subprograma de gerenciamento de resíduos sólidos e efluentes, subprograma de controle de emissões atmosféricas, subprograma de monitoramento e controle de ruídos, subprograma de capacitação aos trabalhadores da obra e plano de trabalho de salvamento, resgate e destinação de fauna.

Além disso, a empresa apresentou Relatórios de Atendimento de Condicionantes dos empreendimentos EKTT 1, 2, 3, 4, 11, 12-A, 14-A e 15-A.

Toda a documentação enviada se encontra dentro da validade e nos conformes da legislação ambiental brasileira.

Por fim, a empresa destaca em seu *website* algumas de suas práticas socioambientais adotadas em suas atividades, que estão descritas na tabela abaixo:

Tabela 13: Práticas socioambientais da Neoenergia

Risco socioambiental	Ações de mitigação
Gestão Ambiental	A Neoenergia possui políticas ambientais alinhadas aos objetivos do Acordo de Paris e da Agenda 2030, como a Política de Gestão Sustentável, a Política de Ação Climática e a Política de Biodiversidade.
Fauna e Flora	A companhia tem como compromisso o respeito à biodiversidade dos ecossistemas, estabelecendo a adoção de projetos sustentáveis, que fomentem a coexistência em harmonia com o meio ambiente, a conservação, a proteção, o desenvolvimento e o crescimento do patrimônio natural. Por fim, a empresa está comprometida com o cumprimento de condicionantes estabelecidas nas etapas de licenciamento, através da elaboração de programas como os citados anteriormente.
Comunidades locais	A Neoenergia possui programas de desenvolvimento para as comunidades próximas de seus empreendimentos, como programas de educação ambiental, desenvolvimento territorial, planos de engajamento e planos de gestão de deslocamento de população, caso venha a ser necessário.

Fonte: Elaboração própria NINT



Controvérsias

Foi realizada uma pesquisa de mídia acerca de casos com repercussão negativa envolvendo os projetos financiados e o Grupo Neoenergia e suas subsidiárias. Foi identificada uma controvérsia de nível de severidade médio relativa à UHE Baixo Iguaçu. A responsividade da companhia em relação ao caso foi de cunho defensivo. O detalhamento do caso é apresentado a seguir, na tabela abaixo.

Tabela 14: Controvérsias socioambientais envolvendo a Neoenergia

Social		
Controvérsia	Severidade	Responsividade
2019: Famílias denunciam alagamento nos arredores da barragem da Usina do Baixo Iguaçu, no Paraná ²⁰ .	Alto: Os moradores do remanso no entorno da barragem da Usina Hidrelétrica do Baixo Iguaçu (UHEBI) se preocuparam porque chuvas com grande volume evidenciaram falta de segurança e mostraram riscos de alagamentos. Famílias alegaram que houve danos em lavouras, pastagens e o nível da água chegou muito próximo das casas dos moradores.	Defensiva: Segundo a Neoenergia, a cheia em questão é um processo natural, que já ocorria antes da implementação da usina. As cheias à montante da usina, no final dos braços do reservatório, estão sob acompanhamento do Instituto Água e Terra (IAT). A companhia enviou como comprovação uma carta enviada para o IAT em 2022, relativa a outro episódio de cheia. Além disso, também foram apresentados o relatório técnico relacionado e o protocolo de envio. Por fim, a Neoenergia alega que a cheia de 2019 (tratada na notícia) era uma cheia generalizada no estado, e que o IAT afirmou que não havia possibilidade de culpa da UHE BI.

Fonte: Neoenergia; Elaboração própria NINT

²⁰ [Famílias denunciam alagamento](#)



Anexo I - Método

Controvérsias

Tabela 15: Níveis de Severidade e Responsividade relacionados às controvérsias

Níveis de Severidade	
Baixo	Descumpre a lei e/ou afeta negativamente os <i>stakeholders</i> , mas não causa danos ou causa danos mínimos que não necessitam de remediação.
Médio	Descumpre a lei e/ou afeta negativamente os <i>stakeholders</i> , sendo o nível de dificuldade e custo de remediação medianos.
Alto	Descumpre a lei e afeta negativamente os <i>stakeholders</i> , sendo os danos irremediáveis ou com remediação difícil ou custosa.
Níveis de Responsividade	
Proativa	Além da empresa agir de maneira remediativa diante de uma controvérsia, ela adota medidas que vão além da sua obrigação. Adicionalmente, a empresa realiza procedimentos sistemáticos para evitar que o problema ocorrido se repita.
Remediativa	A empresa realiza as ações necessárias para correção dos danos e se comunica adequadamente com os <i>stakeholders</i> impactados.
Defensiva	A empresa realiza ações insuficientes para correção dos danos ou emite comunicado sem realização de ações corretivas.
Não-responsiva	Não há qualquer ação ou comunicação da empresa em relação à controvérsia.

Fonte: NINT

Tabela 16: Níveis de Asseguração

Níveis de asseguração	
Razoável	Uma avaliação na qual o risco de asseguração é aceitavelmente baixo dentro das circunstâncias do engajamento realizado. A conclusão é expressa de uma forma que transmite a opinião do profissional sobre o resultado da avaliação em relação aos critérios observados.
Limitado	Uma avaliação na qual o risco de asseguração do engajamento realizado é maior do que para um nível de asseguração razoável, porém ainda assim capaz de embasar os principais argumentos utilizados na análise.

Fonte: NINT





Rio de Janeiro | São Paulo | Bogotá | Quito

www.nintgroup.com